

Soberano IPCA

Material Publicitário
30/09/2024

O COE Soberano IPCA é um certificado que possibilita aos investidores, obterem rendimentos atrelados ao risco crédito do Governo Central do Brasil (“Entidade de Referência”), e proteger seu portfólio contra a inflação.

O investimento é corrigido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e remunera juros semestrais (calculados de acordo com o período decorrido), sendo que o recebimento destes montantes são condicionados a não ocorrência de nenhum evento de crédito¹ atrelado à Entidade de Referência.

A taxa de emissão deste COE será equivalente à taxa da NTN-B 2033³ + 0,85% a.a.². O valor definitivo será definido na data de emissão deste COE, com base na taxa média indicativa da NTN-B com vencimento em agosto de 2033, divulgada pela ANBIMA e referente ao último dia útil anterior a data de emissão do COE.

Benefícios

- ✓ Obter remuneração atrelada ao risco de crédito Soberano Brasileiro;
- ✓ Remuneração atrelada à inflação com juros semestrais;
- ✓ Rendimentos superiores à renda fixa tradicional.

Risco de Crédito

O COE está sujeito ao risco de crédito do Itaú Unibanco e não conta com a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Além desse risco, o COE também está sujeito ao risco de crédito do Governo Central do Brasil, o qual pode se realizar na ocorrência de quaisquer eventos de crédito especificados no Documento de Informações Essenciais - DIE.

Importante:

- I. Na ocorrência de quaisquer eventos de crédito, o cliente pode perder todo o valor inicialmente aplicado no COE.

Características da Estratégia

Aplicação mínima R\$ 5.000,00	Modalidade Valor Nominal em risco	Prazo da operação 9 anos
Grau de risco Médio	Entidade de Referência Governo Central do Brasil	Prazo de contratação Até 10/10/2024 às 14h

¹Conforme condições de Eventos de Crédito especificados no DIE, aplicáveis aos títulos de dívidas externas emitidos pela Entidade de Referência vigentes durante o prazo deste COE.

²NTN-B 2033 + 0,85% a.a. definida na data de emissão do COE, conforme os critérios detalhados no DIE

As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. A rentabilidade líquida depende da tributação aplicável.

³NTN-B 2033: Título da dívida pública indexado ao IPCA com vencimento em 2033, também conhecido como Tesouro IPCA+. As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. A rentabilidade líquida depende da tributação aplicável.

**Leia o DIE³
antes de aplicar
neste COE**



Soberano IPCA

Material Publicitário
30/09/2024

Como funciona

O **Soberano IPCA** terá remuneração correspondente à taxa da NTN-B 2033 + 0,85% a.a.¹, com a remuneração de juros e principal para o investidor

Agenda de Pagamentos

Data de pagamento de juros e/ou principal do COE	Remuneração ² do COE (sujeito ao pagamento do Bond)
25/10/2024	0,281%
28/04/2025	3,518%
27/10/2025	3,663%
28/04/2026	3,547%
27/10/2026	3,605%
28/04/2027	3,518%
27/10/2027	3,634%
28/04/2028	3,605%
27/10/2028	3,605%
27/04/2029	3,489%
26/10/2029	3,605%
26/04/2030	3,489%
25/10/2030	3,663%
28/04/2031	3,518%
27/10/2031	3,663%
28/04/2032	3,576%
27/10/2032	3,634%
28/04/2033	3,576%
27/10/2033	Principal + 3,634%

¹Taxa de NTN-B 2033 + 0,85% a.a. definida na data de emissão do COE, conforme os critérios detalhados no DIE.

²Simulação considerando a taxa de retorno de IPCA + 7,34% a.a., calculada com base em um prêmio de 0,85% a.a. sobre a taxa interna de retorno da NTN-B 2033 apurada pela ANBIMA em 25/09/2024 (6,4400% %a.a.). O valor apresentado é o valor percentual que incidirá sobre o principal aplicado corrigido pelo IPCA, calculado ao período.

As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes dependendo das condições de aplicação na data de emissão do COE. Os valores acima são brutos de imposto de renda, e a rentabilidade líquida dependerá da tributação aplicável.

Leia o DIE³
antes de aplicar
neste COE



³DIE – Documento de Informações Essenciais.

Soberano IPCA

Material Publicitário
30/09/2024

Alertas Importantes

Emissor: Itaú Unibanco S.A.

O público-alvo: Investidores em geral, de perfis arrojado e agressivo.

As informações constantes deste material publicitário são provenientes de fontes internas e externas de informação e podem ser alteradas a qualquer momento, independentemente de prévio aviso. Este material tem como objetivo único fornecer informações e não constitui nem deve ser interpretado como recomendação quanto à manutenção, compra ou venda de ativos financeiros e valores mobiliários. O conteúdo disponibilizado não deverá ser reproduzido, distribuído ou publicado sem prévia autorização da Itaú Corretora. Os investidores interessados em investir no COE devem procurar aconselhamento financeiro, tributário e contábil conforme seus interesses, antes de tomar qualquer decisão de investimento. A decisão final de investimento é de exclusiva responsabilidade do investidor. A Itaú Corretora e/ou quaisquer das empresas integrantes de seu conglomerado não se responsabiliza(m) pelo resultado das operações contratadas. É muito importante que você conheça e seus investimentos adequem-se ao seu perfil de investidor - basta preencher um rápido questionário e você pode atualizá-lo sempre que necessário. Não é considerado o perfil específico de um determinado investidor. Preços, taxas e disponibilidade de investimentos estão sujeitos a alteração sem prévio aviso.

Resgate antecipado: Disponível para resgate mensal (a mercado) após 180 dias da data de aplicação, mediante mútuo acordo entre emissor e investidor. O investidor poderá deixar de receber qualquer rentabilidade ou mesmo perder parte do valor inicialmente investido.

Tributação: Os rendimentos auferidos pelo investidor no COE sujeitam-se à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte às alíquotas regressivas de 22,5% a 15%, de acordo com o prazo da aplicação. A base de cálculo será o resultado positivo auferido na liquidação ou cessão do COE ou o rendimento distribuído, líquido do IOF-TVM, quando for o caso, nos termos do art. 51 da IN 1585/15.

Juros: Informações sobre a definição do juros aplicável são disponibilizadas no Documento de Informações Essenciais (DIE) disponível na área do Home Broker em <https://itaucorretora.com.br/> na rota: Carteira > Minhas Ofertas Públicas > Comprovante.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCOS

A aquisição do COE pode implicar nos seguintes riscos:

Risco de Crédito do Emissor: o recebimento dos montantes devidos pelo Emissor ao investidor está sujeito ao risco de crédito do Emissor. Caso o risco de crédito se materialize, ainda que atendidas as condições de remuneração do COE, o investidor poderá ficar sem receber qualquer retorno financeiro ou até perder o capital investido. Os investimentos em COE não são garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Risco de Crédito da Entidade de Referência: O COE está sujeito ao risco de crédito do Governo Central do Brasil.

Risco de Mercado: O resultado financeiro do investimento no COE para o investidor depende da Entidade de Referência, que podem ser afetados por condições alheias à vontade das partes, destacando-se:

(a) o desempenho das economias nacional e internacional;

(b) quaisquer atos de autoridades governamentais, nacionais ou internacionais, em especial as decisões de política econômica ou a decretação de moratórias no pagamento das dívidas públicas;

(c) as taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de Liquidez: O COE possui pouca ou nenhuma liquidez, de forma que é improvável que o investidor possa encontrar compradores interessados em adquirir o COE. Não haverá, ainda, a contratação de formador de mercado para o COE. A eventual venda do COE a terceiros poderá acarretar perda de rentabilidade ou mesmo do valor inicialmente investido. O Resgate ou a recompra geram risco de perda de valor nominal, ou seja, não garantem o capital protegido.

Rentabilidade passada não é necessariamente um indicativo de resultados presentes ou futuros e nenhuma garantia, de forma expressa ou implícita, é dada neste material em relação a desempenhos presentes ou futuros do COE. A rentabilidade final simulada não é líquida de impostos.

Este documento foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das melhores práticas de mercado estabelecidas pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Negociação de Instrumentos Financeiros. Esta instituição é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Distribuição de Produtos de Investimento. A disponibilização deste documento não implica, por parte da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do COE ou de seu emissor.

A PRESENTE OFERTA NÃO ESTÁ SUJEITA A REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. A CVM NÃO ANALISOU PREVIAMENTE ESTA OFERTA. A DISTRIBUIÇÃO DO CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS – COE NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, A GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, DE ADEQUAÇÃO DO CERTIFICADO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO EMISSOR OU DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA.

Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com a Central de Atendimento: para correntistas 4004-3131* (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 722 3131 (demais localidades) ou para não correntistas 4004-3005* (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 726 3005 (demais localidades), em dias úteis, das 9h às 18h, ou entre em contato com o Fale Conosco no website <https://itaucorretora.com.br/>. Se necessário, utilize o SAC Itaú: 0800 728 0728. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722. *Custo de ligação local

LEIA O DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS ANTES DE APLICAR NESTE CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.
SOLICITE O MATERIAL PARA SEU ESPECIALISTA EM INVESTIMENTOS.



Distribuição de Produtos
de Investimento